



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO



ATO GP Nº 56, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

Revogado pelo [Ato n. 51/GP, de 25 de agosto de 2026](#)

Institui Grupo de Trabalho destinado à estruturação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o teor da [Resolução nº 325, de 11 de fevereiro de 2022, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT](#), que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e do CSJT, e a necessidade de racionalizar e padronizar a estrutura de colegiados temáticos na Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que a [Resolução nº 325, de 11 de fevereiro de 2022, do CSJT](#) determina, ainda, no § 2º do art. 26 que os membros do grupo de trabalho serão indicados nominalmente no próprio ato normativo instituidor;

CONSIDERANDO a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD](#), em especial o contido no art. 50 que estabelece como boa prática a implementação de Programa de Governança em Privacidade;

CONSIDERANDO a [Resolução nº 363, de 12 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ](#), que estabelece medidas para o processo de adequação à [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais](#) a serem adotadas pelos tribunais e a necessidade de assegurar o cumprimento dos princípios e das regras nela estabelecidos, promovendo a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;

CONSIDERANDO a importância da atuação coordenada e transversal entre as unidades do Tribunal para a efetiva implementação das ações de governança e conformidade à [LGPD](#);

CONSIDERANDO as atribuições do Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais (CSIPDP), especialmente no que tange ao acompanhamento e à proposição de medidas voltadas à proteção dos dados pessoais;

CONSIDERANDO que o [Ato GP/VPA nº 02, de 16 de agosto de 2021](#), que institui a Política de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, estabelece em seu art. 20, IV que compete ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD) a

instituição de programa de governança em proteção e privacidade de dados conforme critérios estabelecidos na [LGPD](#);

CONSIDERANDO o compromisso institucional do Tribunal com a transparência, segurança da informação, proteção de dados e respeito aos direitos fundamentais, nos termos da [Constituição Federal](#);

CONSIDERANDO os termos do despacho proferido nos autos do Processo Administrativo Virtual PROAD nº 54761/2025 (doc. 4),

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho destinado à estruturação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT-2.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º Integram o Grupo de Trabalho:

I – Ricardo Galvão de Sousa Lins, Juiz do Trabalho Substituto, indicado pela Presidência;

II – Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, Juiz Auxiliar da Corregedoria, indicado pela Corregedoria;

III - Oswaldo José Costa da Silva Leme, titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

IV - Márcio Vinícius Gimenes Milan, titular da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;

V - Vanessa Borelli Silva, titular da Secretaria da Corregedoria Regional;

VI - Aquiles José Malvezzi, titular da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações;

VII - Denize Mota, titular da Secretaria de Gestão de Pessoas;

VIII - Leila Dantas Pereira, titular da Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental;

IX - Hécio Nalon Alves, titular da Secretaria de Segurança Institucional;

X - José Américo Zampar Júnior, servidor lotado na Assessoria Jurídico-Administrativa;

- XI - Eduardo dos Santos Rocha, titular da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória;
- XII - Ricardo Alex Serra Viana, titular da Coordenadoria de Segurança Cibernética de TIC;
- XIII - Leonardo Luis Soares, servidor indicado pela Coordenadoria de Segurança Cibernética de TIC;
- XIV - Gabriela Madalena Milagres Coleti, servidora indicada pela Seção de Riscos e Compliance;
- XV - Filipe Vieira de Lima, servidor indicado pela Seção de Riscos e Compliance;
- XVI - Milena Cavalcante Braga, servidora indicada pela Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações;
- XVII - Odair Michielli Junior, servidor indicado pela Secretaria de Gestão de Pessoas;
- XVIII – Mônica Sampaio Cavalcante, servidora indicada pela Presidência como representante do 2º Grau de Jurisdição.
- § 1º Os membros referenciados nos incisos I e II deste artigo serão, respectivamente, coordenador(a) e vice-coordenador(a).
- § 2º Os(As) integrantes desempenharão suas atividades sem prejuízo das respectivas atribuições administrativas ou jurisdicionais.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Compete ao Grupo de Trabalho para estruturação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT-2 as seguintes atribuições:

- I – elaborar e propor o Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT-2, com diretrizes, políticas internas, instrumentos de governança e mecanismos de monitoramento, em alinhamento com a [LGPD](#) e com as diretrizes do CNJ e do CSJT sobre o tema, incluindo ações de sensibilização, capacitação e fortalecimento da cultura institucional de proteção de dados pessoais;
- II – modelar, desenhar e formalizar os processos de proteção de dados pessoais no âmbito do TRT-2, abrangendo o mapeamento de fluxos críticos, a análise de riscos e responsabilidades institucionais, bem como a definição e padronização de procedimentos operacionais, incluindo fluxos de atendimento a titulares, gestão de consentimento, resposta a incidentes de segurança e manutenção de inventário de dados;
- III – revisar e atualizar os normativos necessários para a estruturação do Programa, propondo alterações ou criação de atos normativos internos voltados à conformidade com a [LGPD](#);
- IV – produzir relatório final consolidado, reunindo estudos, propostas normativas e modelos de processos, a ser encaminhado ao Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais (CSIPDP) e, posteriormente, à Presidência do TRT-2 para deliberação.

§ 1º O Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I – introdução e contextualização: objetivo, escopo e principais conceitos relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais;

II – governança e estrutura organizacional: papéis e responsabilidades das instâncias envolvidas, incluindo, no mínimo, o(a) Encarregado(a) de Dados Pessoais, o CSIPDP, as unidades administrativas e judiciárias;

III – conformidade: mapeamento das normas e recomendações de órgãos externos e de controle, bem como a estruturação do processo de revisão normativa e de implementação de adequações, com definição de fluxos, papéis, responsabilidades e prazos;

IV – políticas internas: elaboração de minutas de criação ou alteração de políticas internas relacionadas à privacidade e proteção de dados pessoais, contemplando, no mínimo:

a) Política de Classificação da Informação;

b) Política de Gestão de Incidentes;

c) Política de Proteção de Dados Pessoais;

d) Política de Segurança da Informação;

e) Política de Gestão Documental;

f) Política de Termos de Uso;

V – processos e procedimentos: desenho simplificado dos processos de trabalho envolvendo a proteção de dados pessoais, com definição de papéis, responsabilidades e prazos, contemplando, no mínimo:

a) gestão de minimização de dados pessoais;

b) gestão de contratos, convênios e parcerias com compartilhamento de dados pessoais;

c) elaboração e revisão de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPDs);

d) monitoramento dos RIPDs;

e) elaboração e revisão de mapeamentos de dados pessoais;

f) comunicação de violações de dados pessoais;

g) gestão do consentimento;

h) atendimento às solicitações dos(as) titulares;

i) gestão de acessos e identidades;

- j) segurança de dados e criptografia;
- k) gestão de incidentes de segurança;
- l) revisão do “Portal [LGPD](#)”;
- m) avaliação de legítimo interesse;

VI – acompanhamento, monitoramento e melhoria contínua: definição de indicadores de mensuração, fluxo de monitoramento e mecanismos de aprimoramento do Programa;

VII – capacitação e comunicação: elaboração de plano de capacitação e comunicação institucional, com identificação de públicos-alvo, competências necessárias e cronograma de execução.

§ 2º Para o cumprimento de suas atribuições, o Grupo de Trabalho poderá realizar entrevistas, reuniões técnicas e consultas com partes interessadas internas e externas, bem como promover estudos técnicos complementares que se mostrem necessários.

§ 3º As atividades do Grupo de Trabalho deverão observar os normativos já vigentes no âmbito do TRT-2, bem como considerar os estudos, diagnósticos e conhecimentos anteriormente produzidos sobre o tema, de forma a assegurar coerência, continuidade e eficiência na implementação das medidas.

§ 4º O Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, as propostas de revisão normativa, bem como o mapeamento dos processos de trabalho previstos nos incisos e parágrafos do *caput* deste artigo, deverão ser submetidos ao Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais (CSIPDP), para apreciação e deliberação final.

CAPÍTULO IV

DA UNIDADE DE APOIO EXECUTIVO

Art. 4º A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SGGE) atuará como Unidade de Apoio Executivo (UAE) do colegiado temático.

§ 1º Cabe à UAE:

- I - receber, organizar e registrar em pauta os assuntos a serem debatidos nas reuniões;
- II - enviar aos membros do colegiado as pautas e demais documentos necessários para a realização da reunião;
- III - convidar os membros para reuniões convocadas pelo(a) coordenador(a) ou por 1/3 (um terço) dos membros do colegiado;
- IV - providenciar os recursos físicos e tecnológicos para as reuniões;
- V - redigir as atas das reuniões e colher a assinatura do(a) coordenador(a) ou, na sua ausência, do(a) vice-coordenador(a);

VI - incluir as atas, calendário de reunião e demais entregas no sistema PROAD - Processo Administrativo Virtual, por meio de preenchimento de formulário próprio, com o assunto “atas e demais entregas dos colegiados”, para colher a assinatura eletrônica dos(as) coordenadores(as) ou, na sua ausência, do(a) vice-coordenador(a), e para encaminhar os referidos documentos à Seção de Divulgação de Informações Técnicas (SDIT) para divulgação na página do colegiado no Portal do TRT-2, observando-se o prazo estipulado no art. 7º, § 2º deste Ato;

VII - monitorar, em conjunto com o CSIPDP, o conteúdo e a vigência dos atos normativos referentes ao colegiado;

VIII - providenciar e fornecer informações, em conjunto com o CSIPDP, a respeito do colegiado, quando requeridas por parte interessada;

IX - solicitar o desarquivamento das atas e demais entregas dos colegiados, quando necessário, por meio de pedido complementar no PROAD realizado no processo administrativo respectivo.

§ 2º Cabe ao(à) titular da UAE:

I - zelar pelo cumprimento das atribuições estabelecidas no § 1º deste artigo;

II - manter atualizadas as informações do colegiado no portal eletrônico do Tribunal, inclusive no que diz respeito ao conteúdo e à vigência dos atos normativos;

III - dar ciência ao(à) coordenador(a) do CSIPDP sobre eventual inobservância da periodicidade de realização das reuniões ordinárias;

IV - reportar ao(à) coordenador(a) do CSIPDP as ocorrências que possam dificultar, direta ou indiretamente, a realização de reuniões do colegiado e/ou a divulgação dos documentos por ele produzidos.

§ 3º Para cumprimento do disposto no § 1º, VI, deste artigo, será disponibilizada certidão, extrato ou cópia, preservada a informação sob sigilo, mediante tarja ou outro recurso equivalente, quando o documento não for ostensivo no seu todo ou em parte.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 5º As reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho do Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais ocorrerão, no mínimo, mensalmente e, de forma extraordinária, sempre que houver necessidade, a critério da coordenação do colegiado.

§ 1º A convocação para as reuniões ordinárias dar-se-á mediante envio de mensagem ao correio eletrônico funcional de cada membro do colegiado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data designada para a reunião.

§ 2º A convocação para reunião extraordinária dar-se-á por qualquer meio admitido em direito, dispensada a exigência de antecedência mínima.

§ 3º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou remota.

§ 4º Poderão participar como convidados(as) colaboradores(as), sem direito a voto, representantes de órgãos ou unidades organizacionais da instituição e profissionais de outras organizações ligadas a campo de conhecimento afim.

CAPÍTULO VI

DAS PAUTAS E ATAS DE REUNIÃO

Art. 6º As atas conterão, no mínimo, as seguintes informações:

I - a data, o horário e o local da reunião;

II - o breve relato das manifestações ocorridas durante a reunião;

III - as deliberações tomadas;

IV - o(a) responsável pelo cumprimento de cada deliberação;

V - os nomes dos participantes.

§ 1º As pautas poderão integrar o conteúdo das atas de reunião, em vez de serem apresentadas em documento à parte.

§ 2º As pautas e as atas serão disponibilizadas no portal eletrônico do Tribunal, até 10 (dez) dias depois de realizada a reunião.

§ 3º Cabe à UAE diligenciar para que o prazo estabelecido no § 2º deste artigo seja atendido.

CAPÍTULO VII

DO QUÓRUM DE REUNIÃO E DO QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Art. 7º Para instalar-se reunião do colegiado, será exigido quórum de metade mais um de seus membros, presente o(a) coordenador(a) ou o(a) vice-coordenador(a).

Art. 8º As deliberações do colegiado serão tomadas por maioria simples, considerado o número de membros presentes na reunião.

Parágrafo único. Como critério de desempate, considera-se qualificado o voto do(a) coordenador(a).

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Grupo de Trabalho manterá diálogo com outros colegiados temáticos, com a

Administração do Tribunal e com demais partes interessadas, nos termos do art. 31 da [Resolução nº 325, de 11 de fevereiro de 2022, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho](#).

Art. 10. O Grupo de Trabalho concluirá suas atividades no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação deste Ato, facultada a renovação por igual período pela Presidência.

Art. 11. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

VALDIR FLORINDO
Desembargador Presidente do Tribunal

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.